

**ATO NORMATIVO Nº 44, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

Suspensão de atividades.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o feriado do dia 11 de agosto do corrente ano;

**CONSIDERANDO** que não existe reunião de órgão jurisdicional e administrativo desta Corte no dia 12 de agosto do corrente ano, bem assim que a suspensão das atividades do Poder Judiciário do Estado de Alagoas na predita data não resultará prejuízo para os jurisdicionados;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o que deliberou o Tribunal Pleno em Sessão Ordinária Administrativa, realizada no dia 22 de março de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender as atividades, atos e prazos processuais no âmbito deste Poder no dia 12 de agosto de 2016 (sexta-feira).

§1º A título de compensação da jornada diária dos servidores e das atividades jurisdicional e administrativa suspensas pelo *caput* do art. 1º deste ato normativo, as unidades judiciárias e administrativas deste Poder funcionarão nos seguintes dias e horários:

Unidade(s)	Dia(s)	Horário(s)
Tribunal de Justiça	15, 16, 17, 18, 19 e 22 de agosto 2016	7h30m às 14h30m
Juízos da Comarca da Capital	15, 16, 17, 18 e 22 de agosto de 2016	12h às 19h
	19 de agosto de 2016	7h30m às 14h30m
Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Varas da Infância e Juventude, Varas do Fórum Universitário (26ª Vara Cível e 16ª Vara Criminal), Varas do Fórum do Benedito Bentes (24ª Vara Cível e 5ª Vara Criminal) e	15, 16, 17, 18, 19 e 22 de agosto 2016	7h30m às 14h30m

Disponibilizado em 02 de junho de 2016.

29ª Vara Cível – Conflitos Agrários, todas da Comarca da Capital		
Juizes das Comarcas do Interior	15, 16, 17, 18, 19 e 22 de agosto 2016	7h30m às 14h30m

§2º A unidade jurisdicional ou administrativa que em quaisquer dos dias mencionados no § 1º do art. 1º deste ato normativo não tenha atividade, seja em razão de feriado municipal (feriado local), seja por outro motivo, compensará a proporção de uma hora/dia, de que trata o frizado § 1º, no dia útil imediatamente seguinte a 22 de agosto do corrente ano.

§3º O servidor que usufruir da suspensão objeto do *caput* do art. 1º deste ato normativo e venha a afastar-se de suas atribuições durante os dias citados no §1º do predito dispositivo, seja para o gozo de férias, seja por outro motivo, deverá compensar a respectiva jornada logo após o retorno à atividade, mediante ajuste com seu superior hierárquico.

Art. 2º A Diretoria-Adjunta de Gestão de Pessoas – DAGP fica autorizada a efetuar os descontos remuneratórios do servidor que não realizar a compensação estabelecida neste ato normativo.

Art. 3º Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas